

RELATÓRIO DA SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

SOBRE OS DOCUMENTOS DE GESTÃO PREVISIONAL

Introdução

De acordo com a solicitação da Senhora Presidente da Câmara Municipal, procedemos à revisão dos Instrumentos de Gestão Previsional do “MUNICÍPIO DE TORRES VEDRAS”, que compreendem o orçamento para 2022 (que evidencia um total de receitas e despesas previstas de 67 707 000 euros) e as grandes opções do plano, incluindo os pressupostos em que se basearam.

Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 132.º da Lei n.º 75-B/2020, de 31 de dezembro (Orçamento do Estado para 2021), nos anos de 2021 e 2022 as entidades da administração local encontram-se dispensadas de elaborar demonstrações financeiras previsionais tal como previstas no parágrafo 17 da Norma de Contabilidade Pública 1 (NCP 1) do SNC-AP, tendo o Município feito uso desta dispensa no corrente ano.

Responsabilidades do órgão executivo sobre os instrumentos de gestão previsional

É da responsabilidade do órgão executivo a preparação e a apresentação de Instrumentos de Gestão Previsional e a divulgação dos pressupostos em que as previsões neles incluídas se baseiam. Estes Instrumentos de Gestão Previsional são preparados nos termos exigidos pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

Responsabilidades do auditor sobre a revisão dos instrumentos de gestão previsional

A nossa responsabilidade consiste em (i) avaliar a razoabilidade dos pressupostos utilizados na preparação dos Instrumentos de Gestão Previsional; (ii) verificar se os Instrumentos de Gestão Previsional foram preparados de acordo com os pressupostos; e (iii) concluir sobre se a apresentação dos Instrumentos de Gestão Previsional é adequada, e emitir o respetivo relatório.

O nosso trabalho foi efetuado de acordo com a Norma Internacional de Trabalhos de Garantia de Fiabilidade aplicável ao exame de informação financeira prospetiva, e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Conclusão e opinião

Baseado na nossa avaliação da prova que suporta os pressupostos, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que esses pressupostos não proporcionem uma base razoável para as previsões contidas nos Instrumentos de Gestão Previsional da entidade acima indicados. Além disso, em nossa opinião a projeção está devidamente preparada com base nos pressupostos e está apresentada de acordo com o exigido pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

Devemos contudo advertir que, frequentemente, os acontecimentos futuros não ocorrem da forma esperada, pelo que os resultados reais serão provavelmente diferentes dos previstos e as variações poderão ser materialmente relevantes.

Massamá, ____ de ____ de ____

GOMES MARQUES, CARLOS ALEXANDRE & ASSOCIADA, SROC

representada por

Vicente Pereira Gomes Marques (ROC n.º 669)